

# ORIZON Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



## Relatório da Administração Orizon Meio Ambiente S.A. 4T25 e 2025

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das Demonstrações Financeiras individuais consolidadas auditadas da Companhia relativa aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Os termos "AII" e "AV" constantes das colunas de determinados tabelas significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente, enquanto o termo "N.A." significa "não aplicável".

### EXERCÍCIO FINANCEIRO ENCONTRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINANCEIRO ENCONTRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares, exceto %)	2025	AV%	2024	AV%	AH%
Receta operacional líquida	877.017	100,00%	754.653	100,00%	16,21%
Custos dos serviços prestados	(513.138)	-58,51%	(460.165)	-60,98%	-11,51%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>363.879</b>	<b>41,49%</b>	<b>294.488</b>	<b>39,02%</b>	<b>23,56%</b>
Despesas gerais e administrativas e com vendas	(151.034)	-17,22%	(137.152)	-18,17%	10,12%
Outras receitas (despesas) líquidas	6.127	-0,70%	8.330	1,10%	-26,45%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro					
equivalência patrimonial	218.972	24,97%	165.666	21,95%	32,18%
Resultado de equivalência patrimonial	6.815	0,78%	14.244	1,89%	-52,16%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(174.276)</b>	<b>-19,87%</b>	<b>(100.346)</b>	<b>-13,30%</b>	<b>73,68%</b>
Receitas Financeiras	122.311	13,95%	108.477	14,37%	12,75%
Despesas Financeiras	(296.587)	-33,82%	(208.823)	-27,67%	42,03%
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>51.511</b>	<b>5,87%</b>	<b>79.564</b>	<b>10,54%</b>	<b>-35,26%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(15.523)	-1,77%	(23.842)	-3,13%	-34,34%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(18.835)	-2,15%	(27.327)	-3,62%	-31,08%
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.312	0,38%	3.685	0,49%	-10,12%
<b>Resultado do exercício</b>	<b>35.988</b>	<b>4,10%</b>	<b>55.922</b>	<b>7,41%</b>	<b>-35,65%</b>

**Receta operacional líquida**  
A receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 atingiu R\$877 milhões, em comparação com R\$754,6 milhões no ano de 2024, representando um crescimento de 16,21%. Esse aumento foi impulsionado principalmente pelo aumento no preço médio de tratamento e destinação final de resíduos e vendas de crédito de carbono.

**Custo dos serviços prestados (ex-depreciação e provisão de fechamento de aterros)**  
O custo dos serviços prestados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$513,1 milhões, frente aos R\$460,2 milhões no ano anterior, o que representou um aumento de R\$53 milhões ou 11,51%. Essa variação é reflexo do momento de expansão da companhia.

**Lucro bruto**  
O lucro bruto encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$363,9 milhões, em comparação a R\$294,5 milhões no ano de 2024, representando um aumento de R\$69,4 milhões ou 23,58%. O lucro bruto representou 41,49% e 39,02% da receita líquida em 2025 e 2024, respectivamente.

**Despesas gerais e administrativas e com vendas**  
O total de despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 acumulou R\$151 milhões, ante R\$137,2 milhões em 2024, um aumento de R\$13,9 milhões ou 10,12%. Essas despesas representaram -17,22% e -18,7% da receita líquida nos exercícios respectivos.

**Outras receitas (despesas), líquidas**  
No exercício do ano de 2025, as outras receitas (despesas), líquidas, foram de R\$6,1 milhões, comparado ao ano de 2024 de R\$8,3 milhões. Isso representa uma redução líquida de R\$2,2 milhões.

### Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial

O lucro antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial foi de R\$219 milhões em 2025, contra R\$165,7 milhões em 2024, um aumento de R\$53,3 milhões ou 32,18%.

**Resultado de equivalência patrimonial**  
O resultado de equivalência patrimonial foi positivo em R\$6,8 milhões no ano de 2025, ante R\$14,2 milhões do ano anterior devido aos resultados nas empresas controladas.

**Resultado financeiro, líquido**  
O resultado financeiro líquido no ano de 2025 foi uma despesa de R\$174,3 milhões, comparado a R\$100,3 milhões em 2024, representando um aumento da despesa em R\$73,9 milhões ou 73,69%. A variação deve-se principalmente ao pré-pagamento de debêntures realizado no exercício e do desenvolvimento de novos projetos.

**Receitas e despesas financeiras**  
As receitas financeiras totalizaram R\$122,3 milhões em 2025, frente a R\$108,5 milhões em 2024, crescimento de 12,75%. As despesas financeiras, por sua vez, aumentaram de R\$208,8 milhões para R\$296,6 milhões.

**Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social**  
No ano de 2025, o lucro antes dos tributos foi de R\$51,5 milhões, frente ao lucro de R\$79,6 milhões no ano anterior - uma queda de R\$28,1 milhões ou -35,26%.

**Imposto de renda e contribuição social**  
A despesa com imposto de renda e contribuição social em 2025 foi de R\$15,5 milhões, contra R\$23,8 milhões em 2024, uma diminuição de R\$8,2 milhões.

O imposto corrente foi de R\$18,8 milhões em 2025, contra R\$27,3 milhões em 2024 (redução de R\$8,5 milhões), e o imposto diferido também houve uma redução em R\$3,3 milhões em 2025, contra R\$3,7 milhões em 2024.

**Resultado do exercício**  
O lucro líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$36 milhões, comparado a R\$55,9 milhões no ano de 2024, ficando em linha na comparação dos exercícios.

**Relacionamento com Auditores Independentes**  
Em conformidade com a Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que o Ernst & Young Auditores Independentes S.S. não prestou serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o exercício 31 de dezembro de 2025. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve atuar sobre seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

**Declaração da Administração**  
Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela preparação adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com conclusão expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre o exame da DFP relativa ao trimestre em 31 de dezembro de 2025.

**Relação da remuneração anual feminina em relação à masculina por grupo de cargo e evolução comparativa**  
O quadro a seguir ilustra a remuneração anual dos colaboradores do sexo masculino como base em todas as categorias. Assim, os percentuais apresentados representam apenas quanto a remuneração anual feminina corresponde a essa base masculina, permitindo visualizar a relação entre os grupos de cargo ao longo do tempo.

Relação da remuneração anual feminina/masculino por categoria de Liderança e Não Liderança	2024	2025
Diretor	61%	52%
Superintendente	-	85%
Gerente	80%	80%
Coordenador/Supervisor	115%	114%
Especialista/Analista	79%	82%
Técnico	77%	85%
Operacional	95%	94%

**Relação da remuneração anual feminina relação à masculina por categoria de Liderança e Não Liderança e evolução comparativa**  
A Companhia reconhece a importância da diversidade como um pilar essencial para o fortalecimento de sua cultura organizacional, nos permanecendo comprometidos em ampliar práticas de equidade e inclusão, promovendo um ambiente de trabalho pautado pelo respeito, oportunidades justas e relações transparentes ao longo do tempo.

Relação da remuneração anual feminina relação à masculina por categoria de Liderança e Não Liderança e evolução comparativa	2024	2025
Liderança	91%	94%
Não Liderança	114%	110%

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

### Demonstrações dos mutações do patrimônio líquido individual e consolidado - Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Reserva de capital</b>					
Reserva especial					
Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído					
Reserva de capital					
Prejuízos acumulados					
Outros resultados abrangentes					
Participação de não controladores					
<b>Total Patrimônio líquido</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Demonstrações dos resultados - Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receta operacional líquida	22	367.854	295.258	877.017	754.653
Custo dos serviços prestados	23	(208.946)	(184.815)	(513.138)	(460.165)
<b>Lucro bruto</b>		<b>158.908</b>	<b>110.443</b>	<b>363.879</b>	<b>294.488</b>
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	(123.883)	(100.915)	(151.034)	(137.152)
Outras receitas (despesas), líquidas		15.556	13.526	6.127	8.330
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		50.581	23.054	218.972	165.666
Resultado de equivalência patrimonial	9	90.534	101.651	6.815	14.244
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	127.051	92.639	122.311	108.477
Despesas financeiras	24	(243.485)	(171.206)	(296.587)	(208.823)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		24.681	46.138	51.511	79.564
Corrente	6.c	-	-	(18.835)	(27.327)
Diferido	6.c	2.353	3.685	3.312	3.685
Lucro líquido (prejuízo) do período		27.034	49.823	35.988	55.922
Atribuível aos quotistas:					
Não controladores				8.954	6.099
Controladores				27.034	49.823
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação		7,70	14,19	10,25	15,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Demonstrações do valor adicionado - Período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	431.900	336.355	1.028.917	862.822
Serviços prestados	423.166	340.792	1.006.532	872.752
Reversão (Provisão) de para créditos de liquidação duvidosa	8.734	(4.437)	22.385	(9.930)
Insumos adquiridos de terceiros	(126.714)	(99.377)	(303.065)	(256.224)
Custo dos serviços prestados	(93.364)	(88.766)	(227.693)	(220.777)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.355)	(10.611)	(137.378)	(35.445)
Valor adicionado bruto	305.181	236.978	725.853	606.600
Retenções	(86.942)	(76.031)	(167.378)	(148.423)
Depreciação e amortização	(80.594)	(73.977)	(158.065)	(143.911)
Provisão para fechamento de aterro	(6.348)	(2.054)	(9.313)	(4.512)
Valor adicionado líquido produzido	218.239	160.947	558.475	458.177
Valor adicionado recebido em transferência	226.822	199.728	138.534	127.054
Resultado de equivalência patrimonial	90.534	101.651	6.815	14.244
Receitas financeiras	136.289	98.077	131.719	112.810
Valor adicionado total a distribuir	445.062	360.675	697.009	585.231
Distribuição do valor adicionado	440.822	360.675	697.009	585.231
Pessoal	101.095	87.883	193.108	171.810
Remuneração direta	63.113	53.214	112.722	103.194
Benefícios	8.066	6.874	14.797	12.329
FGTS	5.055	5.031	10.481	9.380
Outros	24.865	22.774	55.108	46.907
Impostos, taxas e contribuições	62.197	47.287	154.446	146.073
Federais	43.103	31.245	106.291	101.401
Estaduais	2.554	2.030	6.474	5.670
Municipais	16.540	14.012	41.681	39.002
Remuneração de capital de terceiros	254.732	175.672	313.467	211.426
Alugueis	11.247	4.466	16.880	2.603
Despesas financeiras	243.485	171.206	296.587	208.823
Remuneração de capitais próprios	27.034	49.823	35.988	55.922
Prejuízo do exercício	27.034	49.823	27.034	49.823
Participação de não controladores	-	-	8.954	6.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	17.147	12.293	202.332	50.165
Títulos e valores mobiliários	4	10.543	8.504	16.323	12.962
Contas a receber de clientes	5	91.262	56.286	268.582	169.906
Debêntures	10	22.020	62.763	22.020	62.763
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	20.203	17.452	52.380	43.393
Outros ativos de impostos	8.a	22.041	30.624	52.872	22.805
Total do ativo circulante		183.186	187.922	614.609	391.994
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários Não circulante	4	-	42.402	-	42.402
Debêntures não circulante	10	411.762	439.344	411.762	439.344
Contas a receber de clientes - não circulante	5	33.153	41.826	70.732	85.228
Partes relacionadas não circulante	7	256.081	225.271	169.191	150.612
Depósitos judiciais e cauções	18.c	1.294	1.294	1.300	1.300
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	82.325	79.973	82.325	79.973
Investimentos	9	1.603.530	1.339.062	117.456	112.801
Imobilizado, Líquido	11	286.838	236.650	950.843	853.458
Intangível	12	45.908	43.809	466.555	450.899
Direito de uso	13	48.080	50.680	92.908	96.286
Outros ativos não circulante	8.a	-	-	6.117	6.069
Total do ativo não circulante		2.768.971	2.502.311	2.369.187	2.318.172
Total do ativo		2.952.157	2.690.233	2.983.796	2.710.166
<b>Passivo</b>					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	59.974	60.212	178.598	141.788
Arrendamentos	13	28.739	20.404	47.534	42.997
Fornecedores	14	26.951	19.741	67.488	52.871
Outorgas a pagar	15	101	101	15.367	11.902
Salários e encargos sociais	16	14.324	14.951	28.743	29.126
Impostos e contribuições a recolher	6.b	11.765	9.463	37.082	35.129
Parcelamento de impostos	17	5.882	3.904	11.849	20.596
Adiantamento de clientes	19	7.335	305	8.691	6.423
Contas a pagar	20	973	5.830	973	5.830
Outros passivos circulantes	8.b	1.179	1.476	3.704	2.000
Total do passivo circulante		157.023	141.497	400.229	348.762
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	1.221.274	1.036.198	1.326.518	1.162.606
Arrendamentos não circulante	13	23.841	37.932	51.419	62.381
Parcelamento de Impostos	17	5.929	10.878	20.152	31.059
Provisão para perdas em investimentos	9	158	601		





# Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

decorrentes da adoção inicial da referida orientação: Capitalização de Custos: os dispêndios incorridos relacionados à geração e comercialização dos créditos de carbono são inicialmente reconhecidos como ativos intangíveis, em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, à medida que atendem aos requisitos de identificabilidade, controle e geração de benefícios econômicos futuros. Tais valores são capitalizados até o momento da emissão formal dos créditos pelos órgãos reguladores competentes. Após a emissão, os ativos são reclassificados para estoques, conforme previsto no CPC 16 (R1) - Estoques, sendo mantidos nesta rubrica até sua efetiva comercialização. A realização desses saldos ocorre no momento da venda, com o reconhecimento da receita de acordo com os critérios do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Reconhecimento da Receita: a receita proveniente da venda de créditos de carbono será reconhecida somente quando atendidos os critérios de reconhecimento estabelecidos pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, especialmente no que se refere à transferência do controle dos ativos ao comprador. Isso ocorrerá apenas após o registro formal dos créditos no órgão regulador competente e assinatura de contrato definitivo com o contraparte, assegurando a transferência de todos os riscos e benefícios significativos. A adoção da OCP 10 está sendo efetuada de forma prospectiva, em conformidade com as diretrizes do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, não resultando, portanto, em reclassificações ou ajustes nos saldos de abertura das Demonstrações Financeiras referentes aos períodos anteriores à adoção. A Companhia continuará monitorando a evolução regulatória e técnica relacionada ao mercado de carbono e seus desdobramentos contábeis, ajustando suas práticas conforme necessário para garantir conformidade às normas vigentes e a fiel representação da sua posição patrimonial e de desempenho econômico-financeiro. Os efeitos nas Demonstrações Financeiras estão descritos abaixo: Durante a geração dos créditos que serão comercializados - Os gastos incorridos serão registrados no ativo intangível e mantidos nesta rubrica até que ocorra o registro dos créditos gerados; Após certificação dos créditos gerados - Os gastos incorridos são reclassificados do ativo intangível para a rubrica de estoque; Após a comercialização - Os créditos comercializados são reconhecidos na rubrica de receitas operacionais no resultado do exercício, enquanto os gastos incorridos presentes no estoque são baixados ao resultado no mesmo período. Em 31 de dezembro o montante capitalizado foi de R\$2.620 no consolidado.

### 6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

#### a) Impostos e contribuições a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos a recuperar				
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	15.571	10.653	34.440	23.492
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	912	952	1.949	1.994
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	1.332	2.424	3.229	3.973
Programa de Integração Social (PIS)	91	273	902	1.355
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	289	1.121	3.965	6.053
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	81	76	119	108
Outros impostos a recuperar	111	111	915	632
Subtotal - tributos federais	18.387	15.610	45.519	37.607
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	8	231	36
Subtotal - tributos estaduais	-	-	231	36
Imposto sobre Serviços (ISS)	1.816	1.834	6.630	5.750
Subtotal - tributos municipais	1.816	1.834	6.630	5.750
Total	20.203	17.452	52.380	43.393

Os saldos apresentados referem-se principalmente aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços impostos retidos das aplicações financeiras e retenções de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais.

#### b) Impostos e contribuições a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos a recolher				
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	2.133	-	2.675	859
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3.133	3.182	12.453	11.999
Programa de Integração Social (PIS)	644	662	2.395	2.413
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	35	-	1.146	1.062
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	86	-	1.525	2.984
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	2.553	2.735	7.885	7.193
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS)	270	695	1.251	1.863
IOF	-	-	-	-
Outros impostos (*)	2.911	2.209	7.752	6.756
Total	11.765	9.483	37.082	35.129

(\*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar. SUDENE - Incentivo fiscal obtido: Em dezembro de 2023, a Companhia através de algumas de suas controladas, recebeu da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), órgão vinculado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, aprovação do enquadramento referente ao incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais em favor da filial da OMA em Jaboatão dos Guararapes-PE, UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda., SPE Macaé Ambiental S.A. e Rosário do Catete Ambiental S.A. Os referidos incentivos fiscais encontram-se vigentes e concedem redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir do exercício social de 2023. A Companhia protocolou, perante a Receita Federal do Brasil, o pedido de reconhecimento do direito à referida redução do IRPJ, com base nos laudos de enquadramento emitidos pela SUDENE. SUDAM - Incentivo fiscal obtido: A Companhia através de suas controladas Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá LTDA (CGR Cuiabá) e CTR Porto Velho, obteve reconhecimento pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para usufruto de incentivo fiscal que concede redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) pelo prazo de 10 (dez) anos, com início a partir do exercício social de 2024 (CGR Cuiabá) e 2025 (CTR Porto Velho). Os laudos de enquadramento foram emitidos pela SUDAM em dezembro de 2024 (CGR Cuiabá) e dezembro de 2025 (CTR Porto Velho). A Companhia protocolou junto à Receita Federal do Brasil os pedidos formais de reconhecimento do direito à redução do IRPJ, instituídos com os laudos expedidos pela SUDAM. Houve o reconhecimento por parte da Receita Federal para a CGR Cuiabá através da publicação do Ato Declaratório 034833712 em 11 de agosto de 2025 com efeito retroativo a partir de 01 de janeiro de 2024. Em relação a CTR Porto Velho o pedido encontra-se em análise. c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício: A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme aliquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os períodos de três e seis meses findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	24.681	46.138	51.511	79.564
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	(8.392)	(15.687)	(17.514)	(27.052)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	30.782	34.712	2.317	4.994
Doações	47	-	1.167	-
Multa e juros	(576)	(584)	(1.613)	(4.049)
Investidas tributadas no lucro presumido	-	-	(7.313)	-
Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido	(19.558)	(14.756)	7.433	2.465
Total do imposto de renda e contribuição social	2.353	3.685	(15.523)	(23.642)
Alíquota efetiva (*)	10%	8%	(30%)	(30%)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-	(18.835)	(27.327)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	2.353	3.685	3.312	3.685

(\*) O cálculo da alíquota efetiva está diretamente impactado pelos efeitos das controladas indiretas tributadas pelo regime do lucro presumido e pelos créditos não constituídos sobre o prejuízo fiscal da Companhia.

#### d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos: Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	135.628	141.940
Diferenças temporárias	-	-
Provisão de créditos para liquidação duvidosa	48.452	56.063
Provisão para contingências	3.413	5.089
Créditos tributários não constituídos por alcançar o limite de recuperabilidade	(55.763)	(52.670)
Total	131.730	150.422

### Passivo

Diferenças temporárias

Aproveitamento do ágio gerado nas aquisições incorridas entre 2006 e 2009

Ajuste a valor presente

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)

Para cálculo da expectativa de compensação de impostos com prejuízos fiscais e base negativa, foram adotadas premissas baseadas no plano de negócios da Companhia e na projeção de lucro tributável dos próximos anos, levando-se em consideração a realização de reestruturações societárias realizadas e esperadas para a Orizon Meio Ambiente, realização de valor justo da operação de debêntures entre sua controladora Orizon Valorização de Resíduos e a Orizon Meio Ambiente, com realização dos efeitos de valor justo apurados na origem da transação, além de melhoria na performance operacional com consequente aumento de base tributável. Visando a melhor eficiência operacional e administrativa, a Companhia tem interesse de incorporar as empresas recém-adquiridas na Orizon Meio Ambiente, por isso não constitui passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados. Em 28 de fevereiro de 2023 e 30 de abril de 2025, a Orizon Meio Ambiente incorporou suas controladas SPE Paulínia e Orizon Itapevi Ambiental, respectivamente. Além disto, a Companhia segue avaliando incorporações de ativos recém adquiridos. A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, estão aderentes ao plano de negócios da Companhia. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32/IAS 12, a Companhia estima recuperar o

compartilhado do saldo: Informações financeiras das controladas diretas e controladas em conjunto:

	CTRNI	CTRA	CTRBM	Haztec (I)	GRAMACHO	Haztec	Jaboatão	Itapevi	Rosário do Catete	SOROCABA	Tremembé	SPE Macaé	SPE Metro-politana	Santa Luzia	UTE Paulínia	Orizon Pantanal	Biometano Verde Paulínia	Holding Ceará	CTR Porto Velho	Oeste Paulista	SPE Duque de Caxias	Oeste Ambiental
31/12/2025	340.642	208.888	79.750	(316)	35.321	4.412	50.342	33.768	104.437	7.464	68.205	86.831	15.863	74.186	45.237	53.818	92.644	84	53.804	3.851	745	3.998
31/12/2024	195.551	200.720	74.382	(316)	24.025	3.862	64.583	34.915	23.934	54.568	9.656	47.424	67.051	14.763	73.916	27.301	102.212	(450)	35.710	3.851	745	4.180

Lucro líquido (prejuízo) em:

	CTRNI	CTRA	CTRBM	Haztec (I)	GRAMACHO	Haztec	Jaboatão	Itapevi	Rosário do Catete	SOROCABA	Tremembé	SPE Macaé	SPE Metro-politana	Santa Luzia	UTE Paulínia	Orizon Pantanal	Biometano Verde Paulínia	Holding Ceará	CTR Porto Velho	Oeste Paulista	SPE Duque de Caxias	Oeste Ambiental	
31/12/2025	(4.908)	8.168	5.368	-	(4.958)	285	(14.240)	(1.147)	1.789	22.385	(2.192)	20.781	14.072	1.099	3.581	24.885	26.517	(9.560)	534	18.094	2.503	(76)	(182)
31/12/2024	15.130	24.463	11.981	-	678	385	(12.177)	(2.970)	6.831	(4.732)	(553)	17.475	4.886	2.140	3.170	26.472	21.107	2.749	(449)	13.463	2.503	(76)	(462)

(i) A SES Haztec não possui resultados para o período e exercício apresentados. Adicionalmente, o resultado da Vamtec Haztec já foi reconhecido na Orizon Meio Ambiente, a qual detém participação de 50% nesta investida, tendo efeito apenas no consolidado da ORIZON.

Composição do saldo: Informações financeiras das controladas diretas e controladas em conjunto:

	CTRNI	CTRA	CTRBM	Haztec (I)	GRAMACHO	Haztec	Jaboatão	Itapevi	Rosário do Catete	SOROCABA	Tremembé	SPE Macaé	SPE Metro-politana	Santa Luzia	UTE Paulínia	Orizon Pantanal	Biometano Verde Paulínia	Holding Ceará	CTR Porto Velho	Oeste Paulista	SPE Duque de Caxias	Oeste Ambiental
31/12/2025	340.642	208.888	79.750	(316)	35.321	4.412	50.342	33.768	104.437	7.464	68.205	86.831	15.863	74.186	45.237	53.818	92.644	84	53.804	3.851	745	3.998
31/12/2024	195.551	200.720	74.382	(316)	24.025	3.862	64.583	34.915	23.934	54.568	9.656	47.424	67.051	14.763	73.916	27.301	102.212	(450)	35.710	3.851	745	4.180

Lucro líquido (prejuízo) em:

	CTRNI	CTRA	CTRBM	Haztec (I)	GRAMACHO	Haztec	Jaboatão	Itapevi	Rosário do Catete	SOROCABA	Tremembé	SPE Macaé	SPE Metro-politana	Santa Luzia	UTE Paulínia	Orizon Pantanal	Biometano Verde Paulínia	Holding Ceará	CTR Porto Velho	Oeste Paulista	SPE Duque de Caxias	Oeste Ambiental	
31/12/2025	(4.908)	8.168	5.368	-	(4.958)	285	(14.240)	(1.147)	1.789	22.385	(2.192)	20.781	14.072	1.099	3.581	24.885	26.517	(9.560)	534	18.094	2.503	(76)	(182)
31/12/2024	15.130	24.463	11.981	-	678	385	(12.177)	(2.970)	6.831	(4.732)	(553)	17.475	4.886	2.140	3.170	26.472	21.107	2.749	(449)	13.463	2.503	(76)	(462)

(i) A SES Haztec não possui resultados para o período e exercício apresentados. Adicionalmente, o resultado da Vamtec Haztec já foi reconhecido na Orizon Meio Ambiente, a qual detém participação de 50% nesta investida, tendo efeito apenas no consolidado da ORIZON.

### 10. DEBÊNTURES

Conforme detalhado na Nota 13, em 23 de abril, a Companhia e o Fundo de Liquidação Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados ("FIDC NP"), assinaram a Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em cinco séries, para distribuição privada da Companhia, tendo a Orizon Valorização de Resíduos como interveniente, com vencimento único em 23 de abril de 2029. Em contrapartida da emissão das debêntures citadas acima, o FIDC NP entregou as debêntures da Orizon Valorização de Resíduos a Companhia. As debêntures entregues da controladora Orizon Valorização de Resíduos pelo FIDC NP à Companhia, estavam anteriormente escrituradas pelo Sindicato formado pelos bancos Bradesco, Santander, Itaú e Hantong, através das 4ª e 5ª emissões de debêntures emitidas em 6 de fevereiro de 2013 e 30 de janeiro de 2015. Até 31 de outubro de 2019 apenas as debêntures detidas pelos bancos Santander, Hantong e Itaú haviam sido adquiridas pelo FIDC NP e entregues a Companhia. Em 1º de novembro de 2019, o FIDC NP concluiu o processo de aquisição das debêntures detidas até então pelo Banco Bradesco. De forma similar à operação anterior, o FIDC entregou às respectivas debêntures em contrapartida da Terceira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações por parte da Orizon Meio Ambiente no valor de R\$112.040. Na mesma data, a Orizon Meio Ambiente e o FIDC NP editaram a Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples transformando-a também em conversível nos mesmos moldes da terceira emissão. Dessa forma, as Escrituras de debêntures das 4ª e 5ª emissões supracitadas passaram a ter a Orizon Meio Ambiente em sua composição, cuja devedora é a Orizon Valorização de Resíduos. Nestas operações não houve desembolsos iniciais de caixa, tendo em vista que o montante das debêntures operadas corresponde ao mesmo valor de debêntures emitidas para o FIDC NP. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos são conforme abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2024

Rendimento das debêntures

Ajuste a valor presente

Quitação 4ª Emissão

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Rendimento das debêntures

Ajuste a valor presente

Quitação 4ª Emissão

Saldo em 31 de dezembro de 2025

Circulante

Não circulante

(i) Valor decorrente das debêntures da Companhia adquiridas pelo FIDC NP e integradas nas debêntures emitidas pela Orizon Meio Ambiente, de modo que, atualmente a OMA é credora da Companhia. Em 30 de dezembro de 2022, houve quitação da 4ª emissão e repactuação da 5ª emissão de debêntures, estendendo o prazo com novos fluxos de pagamentos, conforme detalhado nesta nota.

Os referidos títulos a receber possuem juros remuneratórios correspondentes a CDI + 2,5% a.a., em cada ciclo. Nesta rubrica também está classificado o montante de R\$15.712 e R\$79.503 referentes aos projetos para construção da unidade de WTE e UTM (nota 1) das controladas Indiretas Barueri Energias Renováveis e UTM Jaboatão, respectivamente. No encerramento do exercício de 2023, a Companhia decidiu pelo registro ao resultado como provisão para redução ao valor recuperável dos saldos de ativo imobilizado oriundos da UGC de Engenharia Ambiental, em razão de descontinuidade deste segmento. O montante de R\$35.391 foi registrado na rubrica de provisão para redução ao valor recuperável no resultado do exercício.

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Adições

Baixas

Reclassificações

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Adições

Baixas

Reclassificações

Saldo em 31 de dezembro de 2025

Imobilizado, líquido

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Saldo em 31 de dezembro de 2025

Vida útil média (anos)

(i) De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 10% a.a.). (2) Referem-se substancialmente à construção de "células" (unidades) de tratamento de resíduos com depreciação pela vida útil de cada ciclo. Nesta rubrica também está classificado o montante de R\$15.712 e R\$79.503 referentes aos projetos para construção da unidade de WTE e UTM (nota 1) das controladas Indiretas Barueri Energias Renováveis e UTM Jaboatão, respectivamente. No encerramento do exercício de 2023, a Companhia decidiu pelo registro ao resultado como provisão para redução ao valor recuperável dos saldos de ativo imobilizado oriundos da UGC de Engenharia Ambiental, em razão de descontinuidade deste segmento. O montante de R\$35.391 foi registrado na rubrica de provisão para redução ao valor recuperável no resultado do exercício.

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Adições

Baixas

Reclassificações

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Adições

Baixas

Reclassificações

Saldo em 31 de dezembro de 2025

Imobilizado, líquido

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Saldo em 31 de dezembro de 2025

Vida útil média (anos)



# Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

Imobilizado, líquido	Consolidado										Cronograma de pagamentos (Consolidado): Em 31 de dezembro de 2025, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:		
	Terrenos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros (1)	Móveis e Edificações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações (2)	Mais Valia (3)	Total	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.265	10.585	5.505	3.897	7.896	110.154	1.424.727	56.992	1.654.021	6.185	19.538	6.185	19.538
Adição pela aquisição - 09/2024	318	-	-	-	-	393	2.299	656	3.666	3.576	12.489	3.576	12.489
Adições	-	7	-	248	469	6.076	193.404	-	200.205	441	1.673	441	1.673
Baixas	-	(912)	(21)	-	4	(531)	(865)	-	(2.325)	486	1.356	486	1.356
Reclassificação	3.566	(828)	-	(3.566)	(185)	(7.680)	4.524	-	(4.169)	13.153	16.363	13.153	16.363
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.149	8.852	5.484	579	8.184	108.412	1.624.089	57.648	1.851.397	20.300	51.419	20.300	51.419
Adição pela aquisição - 10/2025	1.394	-	-	-	-	607	7.996	467	10.464	-	-	-	-
Adições	-	951	-	-	597	1.815	178.561	-	181.924	-	-	-	-
Baixas	(1.106)	(2.404)	(3.556)	-	(3.058)	(14.575)	(9.540)	-	(34.239)	-	-	-	-
Reclassificação	-	-	(1.081)	-	-	(3.172)	7.093	-	2.840	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	37.043	8.793	847	579	5.723	93.087	1.808.199	58.115	2.012.386	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(10.151)	(4.166)	(228)	(5.222)	(80.894)	(814.754)	(15.736)	(931.151)	-	-	-	-
Adições	-	(210)	(222)	(16)	(308)	(5.212)	(58.878)	(6.578)	(71.424)	-	-	-	-
Baixas	-	928	21	-	-	292	(758)	-	467	-	-	-	-
Reclassificações	-	-	185	-	-	7.680	4.524	-	1.659	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(8.621)	(4.367)	(244)	(5.345)	(78.134)	(878.914)	(22.314)	(997.939)	-	-	-	-
Adição pela aquisição - 10/2025	-	(435)	-	-	-	(48)	(207)	-	(690)	-	-	-	-
Adições	-	(394)	-	(23)	(389)	(5.502)	(82.070)	(6.855)	(95.343)	-	-	-	-
Baixas	-	2.404	2.809	-	2.230	8.863	18.963	-	35.269	-	-	-	-
Reclassificações	-	-	1.081	-	-	3.172	(7.093)	-	(2.840)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(7.046)	(587)	(267)	(3.504)	(71.649)	(949.321)	(29.169)	(1.061.543)	-	-	-	-
Imobilizado, líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.149	231	1.117	335	2.839	30.278	745.175	35.334	853.458	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	37.043	1.747	260	312	2.219	21.438	858.878	28.946	950.843	-	-	-	-
Vida útil média (anos)	-	5	-	25	10	10	10	-	-	-	-	-	-

(1) De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 10% a.a.). (2) Referem-se substancialmente à construção de "células" (unidades) de tratamento de resíduos com depreciação pela vida útil de cada célula, além da divisão de triagem mecânica (UTM). No encerramento do exercício de 2023, a Companhia decidiu pelo registro ao resultado como provisão para redução ao valor recuperável dos saldos de ativo imobilizado oriundos da UGC de Engenharia Ambiental, em razão de descontinuidade deste segmento. O montante de R\$35.391 foi registrado na rubrica de provisão para redução ao valor recuperável no resultado do exercício. (3) Refere-se à alocação de mais-valia atribuída aos montantes de ativo imobilizado das empresas adquiridas. Estes ativos possuem vida útil entre 1 e 42 anos, estando a maior parte dos ativos recém alocados na faixa média de 23 anos.

### 12. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

Intangível, líquido	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aquisições:	-	-	-	-
Ecopesa Ambiental S.A. (I)	35.235	35.235	35.235	35.235
Carteira de clientes	-	-	-	-
Plastimassa Tecnologia em Tratamento de Resíduos Ltda. (I)	8.065	8.065	8.065	8.065
ETR Gramacho	-	-	2.731	2.731
SPES UPI Estre	-	-	-	-
Licenças (ii)	-	-	309.592	331.546
Carteira de clientes	-	-	1.814	2.082
CGR Cuiabá/CGR Ambiental	-	-	-	-
Licenças (ii)	-	-	51.535	53.991
Provisão para fechamento de aterro	-	-	(2.045)	(2.045)
Ecoparque Juazeiro	-	-	13.984	15.777
Oeste Ambiental	-	-	4.832	5.172
Ecoparque Oeste Paulista	-	-	31.414	-
Subtotal - ativos e mais valias relacionados a aquisição de investimentos	43.300	43.300	457.157	442.354
Concessão da CTRN - alocação de preço de compra	-	-	5.919	6.232
Concessão da CTRN - alocação de preço de compra	-	-	312	607
Subtotal - concessões	-	-	5.931	6.839
Condicionantes das licenças de operação (LOs)	-	-	618	715
Capitalizações Crédito de carbono OCP 10	2.080	-	2.095	-
Software	528	509	792	791
Total	45.908	43.809	466.553	450.699

(i) Ativos oriundos de aquisições de investimentos adquiridos entre 2008 e 2009 até 2016 e incorporados nos mesmos períodos. Em função dos ativos serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos são reconhecidos e testados separadamente, a cada ano, em relação aos seus valores recuperáveis. (ii) As licenças estão subdivididas em 6 aquisições e serão amortizadas até 2046. A movimentação dos intangíveis é como se segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	43.774	465.845
Alocação de preço de compra	-	10.749
Adição de intangíveis	115	1.136
Amortização - mais-valia de ativos adquiridos	-	(24.848)
Amortização dos intangíveis de concessão	-	(907)
Amortização de outros intangíveis	(80)	(276)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	43.809	450.699
Alocação de preço de compra	-	8.619
Adição de intangíveis	164	207
Mais Valia na aquisição de investimento	-	31.414
Adição de gastos conforme OCP 10	2.080	2.095
Amortização - mais-valia de ativos adquiridos	-	(25.023)
Amortização dos intangíveis de concessão	-	(908)
Amortização de outros intangíveis	(145)	(949)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	45.908	466.553

**Perdas por redução ao valor recuperável:** No mínimo, uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ativos ("goodwill") gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O montante do ativo apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Como parte do processo de encerramento das Demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a análise de indicativos de perda por redução ao valor recuperável de ativos e não identificou indícios de perda do valor recuperável dos mesmos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração O teste de impairment, elaborado anualmente, baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas-chaves sobre as quais a Administração baseia suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento são as seguintes: • Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Este é preparado por gestão, quando aplicável, e considera fatores externos como cenários macroeconômicos do segmento de atuação, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos da Companhia; • Projeção dos resultados operacionais para os próximos anos, com base nos resultados esperados com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado e vigência dos contratos de concessão. A Administração estima recuperar os valores de ativo investidos quando da aquisição de negócios no prazo de no mínimo 10 anos mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações da Companhia. As considerações para o prazo mínimo considerado estão baseadas nos contratos de concessão e contratos firmados com clientes que possuem prazo superior há 10 anos. A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CMPC - Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco determinado pela Administração.

UGC	Taxa média de Crescimento	Taxa de desconto antes dos impostos	Ativos líquidos em 31/12/2025	Metodologia Utilizada
Plastimassa	5%	15%	16.835	Valor em uso
Ecopesa (aterro de Jabotão dos Guararapes)	5%	15%	129.145	Valor em uso
ETR Jardim Gramacho	5%	15%	26.390	Valor em uso

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou necessidade de constituição para provisão de redução ao valor recuperável.

### 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTOS

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	Controladora	
				31/12/2025	31/12/2024
Banco Bradesco	Capital de giro	30/04/2029	CDI + 1% a.a.	111.468	96.377
Debêntures 5ª Emissão	Debêntures	30/11/2028	CDI + 2,4% a.a.	-	403.120
Debêntures 4ª Emissão	Debêntures	-	-	-	-
Simples	Debêntures	15/11/2035	IPCA + 6,76% a.a.	-	247.822
Debêntures 4ª Emissão Infra	Debêntures	15/11/2031	CDI + 3,8% a.a.	281.738	282.461
Debêntures 6ª Emissão	Debêntures	15/09/2035	CDI + 1,45% a.a.	417.400	-
Debêntures 7ª Emissão	Debêntures	-	-	-	-
Incentivada	Debêntures	15/12/2035	CDI + 1,45 a.a.	200.487	-
Debêntures 8ª Emissão	Debêntures	15/12/2039	IPCA+7,9283% a.a.	200.842	-
International Finance Corporation ("IFC")	Capital de giro	15/04/2031	CDI + 2,9% a.a.	105.801	124.263
Custos na captação de empréstimo	Atrelado a Projetos	15/04/2031	CDI + 2,9% a.a.	(17.429)	(36.393)
Ajuste a valor presente	-	-	-	(19.060)	(21.234)
Total	-	-	-	1.281.248	1.096.410
Circulante	-	-	-	58.274	60.212
Não circulante	-	-	-	1.221.274	1.036.198

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024
Banco ABC do Brasil	Capital de giro	25/09/2026	CDI+ 2,47% a.a.	67.716	72.113
Banco Bradesco	Capital de giro	08/01/2026	CDI+ 0,24% a.m	-	96.377
Banco Bradesco	Capital de giro	30/04/2029	CDI + 1% a.a.	111.468	96.377
Banco Votorantim	Capital de giro	02/04/2026	CDI + 2,65% a.a.	-	85.144
Debêntures 5ª Emissão	Debêntures	30/11/2028	CDI + 2,4% a.a.	-	403.120
Debêntures 4ª Emissão	Debêntures	-	-	-	-
Simples	Debêntures	15/11/2035	IPCA + 6,76% a.a.	-	247.822
Debêntures 4ª Emissão Infra	Debêntures	15/11/2031	CDI + 3,8% a.a.	281.738	282.461
Debêntures 6ª Emissão	Debêntures	15/09/2035	CDI + 1,45% a.a.	417.400	-
Debêntures 7ª Emissão	Debêntures	-	-	-	-
Incentivada	Debêntures	15/12/2035	CDI + 1,45 a.a.	200.487	-
Debêntures 8ª Emissão	Debêntures	15/12/2039	IPCA+7,9283% a.a.	200.842	-
International Finance Corporation ("IFC")	Capital de giro	15/04/2031	CDI + 2,9% a.a.	105.801	124.263
Banco do Brasil	Capital de giro	10/04/2026	CDI + 2,21% a.a.	-	65.451
Banco do Brasil	Capital de giro	10/06/2027	CDI + 2,27% a.a.	-	63.917
Banco do Brasil	Capital de giro	15/07/2030	CDI + 1,97% a.a.	-	65.451
Banco Safra	Capital de giro	26/05/2026	8,11% a.a.	7.927	26.729
Sicob	Capital de giro	26/10/2026	13,3537% a.a	-	-
Sicob	Capital de giro	12/11/2029	23,1439% a.a	542	-

Ajuste a valor justo - MTTM swap - Ajuste a valor presente - Custos na captação de empréstimo/ emissão de debêntures - Custos na captação de dívidas

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro	1.096.410	1.091.998
Saldo oriundo de aquisição	-	512
Encargos financeiros	176.579	146.298
Ajuste a valor presente	2.174	2.626
Ajuste a valor justo	-	(3.348)
Varição cambial	-	4.597
Captações/ assunções de dívida	800.000	945.000
Reconhecimento de gastos na captação de recursos	18.970	234
Pagamento de principal	(661.068)	(14.282)
Pagamento de juros	(151.997)	(130.464)
Saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	1.281.248	1.096.410

**Cronograma de pagamentos:** Em 31 de dezembro de 2025, os saldos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Controladora	Consolidado
2027	41.623	89.167
2028	41.223	73.453
2029	136.986	153.102
2030	47.529	56.930
2031 em diante	953.513	953.866
Total	1.221.274	1.326.518

### CTRNI - Banco ABC Brasil (Consolidado):

Em 25 de setembro de 2024, a controlada direta CTR NI celebrou com o Banco ABC Brasil S.A. o Termo de Emissão da 3ª Série de Notas Comerciais Escriturais, no montante de R\$600.000. A dívida vence em 25 de setembro de 2026, em parcela única, com remuneração de 100% do CDI + 2,47% a.a. Os juros são pagos semestralmente, em três parcelas, a partir de 25 de março de 2025. O contrato prevê cláusula de vencimento antecipado, condicionada à manutenção de determinadas obrigações e indicadores financeiros. Em 8 de dezembro de 2022, a mesma controlada firmou com o Banco ABC Brasil uma Cédula de Crédito Bancário (CDB), no valor de R\$20.000, com vencimento final em 8 de dezembro de 2026. O principal é amortizado em oito parcelas semestrais de R\$5.000, iniciando-se em 9 de janeiro de 2023, com remuneração de 100% do CDI + 2,9183% a.a. Os juros são pagos mensalmente e o contrato também contém cláusula de vencimento antecipado sujeita ao cumprimento de condições predefinidas. As dívidas possuem covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava descumprimento de obrigações contratuais. CTRNI - Banco Safra (Consolidado): Em 4 de junho de 2024, a controlada direta CTR NI contratou junto ao Banco Safra S.A. operação de crédito no montante de R\$300.000 (equivalente a USD 5.718, à taxa de câmbio de R\$5,25 na data da contratação), por meio da emissão de Cédula Única de Crédito Internacional. A dívida é remunerada à taxa fixa de 8,11% a.a., em moeda estrangeira, e será amortizada em oito parcelas trimestrais de R\$3.751 (USD 715), com vencimentos entre 3 de setembro de 2024 e 26 de maio de 2026. Por se tratar de obrigação denominada em moeda estrangeira, a Companhia contratou swap de proteção cambial, resultando em taxa final equivalente a CDI + 2,35% a.a. A operação contém covenants financeiros e não financeiros usuais para esse tipo de transação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava descumprimento de obrigações contratuais. Em 29 de abril de 2024, a controlada direta CTR NI contratou junto ao Banco do Brasil S.A. operação de crédito no montante de R\$15.000, com remuneração de CDI + 2,21% a.a., por meio de Cédula Única de Crédito. Em 24 de junho de 2024, foi contratada nova operação no valor de R\$50.000, remunerada por CDI + 2,27% a.a., com vencimento final em junho de 2027. Essas operações foram integralmente liquidadas no terceiro trimestre de 2025, com recursos provenientes da emissão de Notas Comerciais Escriturais realizada em 30 de julho de 2025, no montante de R\$65.000. O instrumento possui prazo de 5 anos, vencendo em 15 de julho de 2030, com pagamento mensal de juros e amortização do principal a partir de agosto de 2025, e remuneração de 100%



# Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social era de R\$806.843, representado por 3.510 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, com a seguinte composição acionária:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Porcentagem de participação (%)
Orizon Valorização de Resíduos S.A.	3.510	100%

b) **Bônus de Subscrição:** Em 19 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram entregues em pagamento em benefício dos debenturistas das Emissões correspondente a R\$156.654, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante ficará registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP para futura conversão em capital social da Orizon Valorização de Resíduos. Dentre as condições estabelecidas estão: (i) o subscritor teria o direito de subscrever e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez. c) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R\$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas 31 de dezembro na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R\$1.304, foi reavaliado para R\$16.999, gerando um efeito bruto de R\$15.695 (R\$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%). d) **Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal. e) **Lucro líquido básico e diluído por ação:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) do exercício	27.034	49.823	35.988	55.922
Quantidade de ações ordinárias	3.510	3.510	3.510	3.510
Prejuízo básico e diluído por ação	7.70	14,19	10,25	15,93
Quantidade de ações potenciais diluídas em exercícios futuros com lucro(*)	3.510	3.510	3.510	3.510

(\*) A Companhia não possui instrumentos com efeito diluivo.

## 22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	425.321	343.756	1.021.599	882.865
Deduções da receita bruta				
Programa de Integração Social - PIS	(6.461)	(5.380)	(14.512)	(13.215)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(29.757)	(24.112)	(66.848)	(60.211)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(16.540)	(14.012)	(41.681)	(39.002)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(2.554)	(2.030)	(6.474)	(5.671)
Outros	(1.754)	(2.375)	(6.028)	(4.038)
Total dos impostos incidentes	(57.066)	(47.909)	(135.543)	(122.137)
Vendas canceladas	(401)	(589)	(9.039)	(6.075)
Receita operacional líquida	367.854	295.258	877.017	754.653

## 23. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas gerais e administrativas				
Custo dos serviços prestados				
Pessoal (salários e ordenados)	(47.694)	(53.405)	(101.099)	(46.463)
Materiais de produção e consumo	(8.117)	(409)	(8.526)	(42.697)
Depreciação e amortização	(52.822)	(27.772)	(80.594)	(43.870)
Provisão para fechamento de aterro	(6.348)	(6.348)	(2.054)	(2.054)
Serviços de terceiros	(55.266)	(23.533)	(78.799)	(22.970)
Alugueis	(8.718)	(2.529)	(11.247)	(3.662)
Outorgas				
Energia	(4.452)	(11)	(4.463)	(2.590)
Combustíveis	(9.389)	(1)	(9.389)	(9.935)
Fretes	(57)	(1)	(58)	(351)
Contingências		4.165	4.165	4.513
Outros	(16.083)	(20.389)	(36.471)	(10.223)
Total	(208.946)	(123.983)	(332.829)	(184.815)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas gerais e administrativas				
Custo dos serviços prestados				
Pessoal (salários e ordenados)	(130.951)	(62.157)	(193.108)	(119.483)
Materiais de produção e consumo	(33.390)	(312)	(33.702)	(90.132)
Depreciação e amortização	(130.984)	(27.081)	(158.065)	(114.044)
Provisão para fechamento de aterro	(9.313)	(9.313)	(4.512)	(4.512)
Serviços de terceiros	(88.117)	(37.913)	(126.030)	(47.964)
Alugueis	(14.197)	(2.683)	(16.880)	(1.350)
Outorgas	(10.101)	(1)	(10.101)	(10.153)
Energia	(36.817)	(11)	(36.828)	(16.152)
Combustíveis	(29.801)	(29.801)	(31.772)	(31.772)
Fretes	(321)	(1)	(322)	(651)
Contingências		4.260	4.260	4.348
Outros (*)	(29.146)	(25.136)	(54.282)	(23.952)
Total	(513.138)	(151.034)	(664.172)	(460.165)

(\*) Nesta rubrica estão registrados principalmente gastos relacionados a novos negócios e ativos recém adquiridos (viagens, reuniões etc.), manutenção de máquinas e equipamentos por conformidade contratual, dentre outros.

## 24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo	-	6.548	593	10.562
Varição cambial ativa	-	3.881	4.711	10.222
Rendimentos de aplicações financeiras	22.088	11.932	24.292	16.542
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	95.732	69.523	95.732	69.523
Descontos financeiros obtidos	283	12	338	81
Juros s/capital próprio	13.444	5.763	6.053	7.196
PIS e COFINS sobre receita financeira	(8.820)	(5.020)	(9.408)	(5.649)
Total	127.051	92.639	122.311	108.477
Despesas financeiras				
Varição cambial passiva	(1.851)	(209)	(6.364)	(5.008)
Juros de empréstimos e financiamentos	(182.495)	(150.078)	(221.508)	(170.412)
Ajuste a valor presente/ justo	(23.015)	(17.390)	(27.305)	(17.390)
Multa e juros	(1.548)	(1.718)	(4.743)	(11.910)
Desconto concedido	17	(88)	(2.047)	(7.521)
Amortização de gastos na captação de recursos	(23.214)	-	(23.376)	-
Custo de pré-pagamento de dívida - Prêmio	(10.467)	(1.723)	(10.467)	-
Outras despesas financeiras	(912)	(1.223)	(1.227)	(3.351)
Total	(243.485)	(171.206)	(296.587)	(208.823)

(\*) O montante alocado nesta rubrica não representa impacto de caixa, mas ajustes temporais de recursos pelos efeitos de correções monetárias. (\*\*) Estes montantes estão relacionados aos custos e baixas financeiras incorridos no pré-pagamento de debêntures nos 4º trimestre de 2025.

## 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Destinação Final	Transição Energética	Economia Circular	Total
Receita operacional líquida	774.624	26.740	75.653	877.017
Custo dos serviços prestados	(287.913)	(21.279)	(63.649)	(372.841)
Lucro bruto antes da depreciação	486.711	5.461	12.004	504.176
Custos de depreciação				(140.297)
Lucro bruto				363.879
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas				(151.034)
Outras receitas, líquidas				6.127
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial				219.972
Resultado financeiro				122.311
Receitas financeiras				(296.587)
Despesas financeiras				(174.276)
Resultado financeiro, líquido				6.815
Resultado de equivalência patrimonial				51.511
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				(18.835)
Corrente				3.312
Diferido				35.988

Em 31 de dezembro de 2025, a receita operacional líquida proveniente da destinação e tratamento de resíduos, apresentada no segmento de Destinação Final, totalizou R\$688.795. Em relação ao lucro bruto antes da depreciação, a Companhia registrou, no mesmo período, o montante de R\$413.203, com margem de 60%.

	Consolidado (Reapresentado)			
	31/12/2024		31/12/2024	
	Destinação Final	Transição Energética	Economia Circular	Total
Receita operacional líquida	666.921	9.614	78.118	754.653
Custo dos serviços prestados	(251.756)	(13.002)	(78.851)	(343.609)
Lucro bruto antes da depreciação	415.165	(3.388)	1.267	413.044
Custos de depreciação				(118.556)
Lucro bruto				294.488
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas				(137.152)
Outras receitas, líquidas				9.330
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial				165.666
Resultado financeiro				108.477
Receitas financeiras				(208.823)
Despesas financeiras				(100.346)
Resultado financeiro, líquido				14.244
Resultado de equivalência patrimonial				79.564
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				(27.327)
Corrente				3.685
Diferido				55.922

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Orizon Meio Ambiente S.A.

Rio de Janeiro - RJ

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Orizon Meio Ambiente S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e

## 26. COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)

**Créditos de carbono - Certificação e entrega de créditos de carbono:** A Companhia através de suas controladas diretas, possui compromisso para entrega de créditos de carbono, conforme detalhamento na nota 5. **Fornecimento de Biogás:** Investidas diretas - CTRN e CTRA: A Companhia através de suas controladas diretas, possui contratos firmados vigentes até 2034 para fornecimento de biogás extraído das operações nos aterros compactados de Nova Iguaçu e São Gonçalo. Os contratos estabelecem preços de R\$0,12 a R\$0,14 por Nm3 (data-base: outubro- 2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE. **OMA - Biometano Verde Paulínia:** A companhia possui compromisso de fornecedor de biogás para o Biometano Verde Paulínia, planta de purificação de biogás no Ecoparque de Paulínia com a produção diária estimada em 180.000 m3 podendo alcançar até 300.000 m3. O contrato iniciou em outubro de 2025. Além desses, há outros compromissos, conforme relacionamos abaixo: • **Earn-out:** pelo Biogás entre 18.500 Nm3/h e 30.000 Nm3/h a ser implementado em ano específico, limitado a 3º ano após o início de funcionamento. As Partes comprometem-se a expandir a capacidade da planta a partir de seu novo volume. • **Contrato de take or pay - Biogás:** Entrega da totalidade do biogás para a produção do biometano a preços de mercado por um prazo de 20 anos (com garantia de fornecimento, volumes definidos, etc.). • **Contrato de take or pay - Biometano:** Compass compra até a totalidade do biometano produzido pela planta de Paulínia a preços de mercado por um prazo de 10 anos. **Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano:** • Em 15 de julho de 2024, houve a celebração de contrato de compra e venda de biometano a ser gerado no Ecoparque de Itapevi ("Contrato Itapevi") entre a BioE e a Edge Comercialização S.A., companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Edge" e, em conjunto com a BioE, "Partes").

## 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada ao risco. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, dentre outros.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

	31/12/2025			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	17.147	17.147	202.332	202.332
Títulos e valores mobiliários				
Valores mobiliários	10.543	10.543	16.323	16.323
Debêntures	433.782	433.782	433.782	433.782
Contas a receber de clientes relacionadas	124.415	124.415	339.314	339.314
Depósitos judiciais e cauções	256.081	256.081	169.191	169.191
Passivos financeiros	1.294	1.294	1.300	1.300
Fornecedores	26.951	26.951	67.488	67.488
Empréstimos e financiamentos	1.267.130	1.267.130	1.232.812	1.232.812
Arrendamentos	52.580	52.580	98.953	98.953
Contas a pagar a partes relacionadas	727.929	727.929	318.930	318.930
Outorgas a pagar	101	101	15.367	15.367
Adiantamento de clientes	7.335	7.335	8.691	8.691

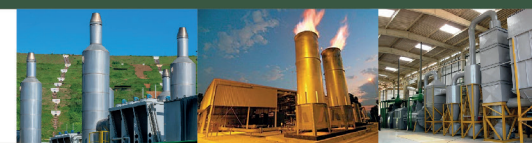
	31/12/2024			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	12.293	12.293	50.165	50.165
Títulos e valores mobiliários				
Valores mobiliários	50.906	50.906	55.364	55.364
Debêntures	502.107	502.107	502.107	502.107
Contas a receber de clientes relacionadas	98.112	98.112	255.134	255.134
Depósitos judiciais e cauções	225.271	225.271	150.612	150.612
Passivos financeiros	1.294	1.294	1.300	1.300
Fornecedores	19.741	19.741	52.871	52.871
Empréstimos e financiamentos	1.096.410	1.096.410	1.304.394	1.304.394
Arrendamentos	58.336	58.336	105.378	105.378
Contas a pagar a partes relacionadas	679.939	679.939	279.501	279.501
Outorgas a pagar	101	101	11.902	11.902
Adiantamento de clientes	305	305	6.423	6.423

A controlada CTRN possui contrato de swap para cobertura cambial da operação de crédito junto ao Banco Safra, conforme contrato firmado em junho de 2024. A Administração também acredita que os seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferentes das taxas de mercado. b) **Hierarquia do valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados não observáveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor



# Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro das unidades geradoras de caixa nas quais os ágios foram alocados; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ágios. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ágios adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contabilizado, imposto de renda e contribuição social diferidos, constituído substancialmente sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia deve anualmente avaliar a projeção de lucros tributáveis futuros para fins de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme nota 6.d. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como ser baseado em diversas premissas, regularmente subjetivas, que serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e análise da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido; (ii) a utilização de especialistas tributários para nos ajudar a avaliar e testar o saldo constituído pela Companhia, bem como o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos e as premissas, projeções e metodologia utilizadas; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituído pela Companhia, bem como seu correspondente valor recuperável, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios relacionados à sua constituição e as premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota 6.d, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado na Nota 2.7, a Companhia reconhece suas receitas pelo regime de competência, quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando elas possam ser mensuradas de forma confiável por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca dos serviços. O processo de reconhecimento de receita da Companhia foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, aos seguintes fatores: (i) ao volume expressivo de transações; (ii) à existência de diferentes naturezas de serviços prestados; e (iii) à relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas a possuírem controles e os manterem dentro de uma rotina que seja eficaz para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e reconhecimento de receita; (ii) a realização de testes substantivos de itens-chave e amostras representativas, incluindo, quando aplicável, a inspeção dos contratos, das

notas fiscais emitidas, dos comprovantes dos serviços prestados relacionados às transações selecionadas e dos recebimentos subsequentes; (iii) a realização de testes de corte de vendas e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva prestação dos serviços durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; (iv) análise mensal da receita utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas notas 2.7 e 22 às demonstrações financeiras. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de reconhecimento de receita da Companhia derivadas da prestação de serviços e suas respectivas divulgações nas demonstrações financeiras são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes:** Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2.16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que em decorrência da mudança de política contábil, referente à visão atual da Administração sobre seus segmentos operacionais, os valores correspondentes às informações por segmento em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e no Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são

aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, de 25 março de 2026.



ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6  
Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-RJ090174/O

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 31/03/2026

A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/31/ORIZON1588505631032026.pdf>  
Hash: 1774900080353ec7665db4e1f7adbce35d06a64b7